

# A CIDADE, DESDE AS CRACOLÂNDIAS

*Taniele Rui*

Doutora em Antropologia  
Universidade Estadual de Campinas

---

Parto do princípio de que a cidade deve ser percebida etnograficamente. E, nesse sentido, considero tarefa da pesquisa antropológica, de um lado, observar e questionar com rigor dinâmicas urbanas contemporâneas e, de outro, procurar incessantemente modos variados e perspectivas múltiplas de descrevê-las. Nos últimos sete anos, tenho perseguido tal tarefa, visando **uma** contribuição a esse campo de discussão, a partir de pesquisas empíricas realizadas em *territorialidades itinerantes* (Frugoli e Spaggiari<sup>1</sup>) de uso de crack em Campinas, São Paulo e, mais recentemente, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte<sup>2</sup>.

---

1 Cf : <http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>

2 O que congrega questões desenvolvidas na minha tese de doutorado, defendida junto ao PPGAS-UNICAMP (RUI, 2012) e desdobramentos delas num pós-doutorado, recém-iniciado com financiamento do Social Science Research Council – EUA (Drugs, Security and Democracy Fellowship).



*Região da Cracolândia, na cidade de São Paulo.*

De modo específico, é das *práticas espaciais* (De Certeau) oriundas das chamadas *cracolândias* que eu tento ver a ‘cidade’ – evitando, assim, reificar abordagens *desde cima*, frequentemente normativas (ainda que as considere foco nada desprezível de observação). Para tanto, lanço um olhar que se desafia a apreender a dinâmica destas territorialidades na interação delas com a corporalidade dos usuários de crack, com esses usuários e diversos atores urbanos, mas também com as ações estatais que lhes são direcionadas. Em outras palavras, é *desde as cracolândias* que tento, não sem dificuldades, ensaiar uma maneira antropológica de descrever articulações e intersecções entre consumo de crack, (auto)controle/cuidado de si, mobilidade, territorialidades, apreensão da cidade e gestão urbana.

Esse suporte analítico e descritivo é decorrente da minha percepção de que a principal “novidade” trazida pela droga parece ser justamente a aparição no espaço público de considerável número de indivíduos que, com seus corpos,

movimentações e ocupações inusitadas, se tornam visíveis para a cidade e, uma vez assim, lidam com e incitam a produção dos mais distintos aparatos de gestão, tratamento e atenção. Dado que a “novidade” é, portanto, esse simulacro mais que perfeito entre *corpo* e *espaço* (afinal, “*a cracolândia é onde eles estão*”), tenho buscado apreender tais territorialidades a partir de suas ambivalências: locais onde consumidores da droga podem encontrar abrigo e proteção durante o uso, mas que também oferecem perigo para eles e para os que por ali passam; alvos de violência e promotores dela. O mesmo ocorre em relação ao deslocamento e mobilidade dos usuários, que estão nesses espaços ora porque foram expulsos de outros, ora porque os tomaram como refúgio. Espécie, portanto, de degredo e autodegredo.

Aglutina toda a minha preocupação o fato de que intervenções violentas das autoridades no cotidiano desses usuários, sob todas as alegações possíveis e imagináveis, são hoje lugar-comum nos centros urbanos brasileiros. Nesse passo, desocupação de prédios e construções abandonadas, erguimento de barreiras físicas, demolição de imóveis, grandes e espetaculares operações policiais visando combater o consumo e o tráfico de crack têm se tornado intervenções constantes nas cidades, materializando espacialmente uma complexa injunção entre polícia e cidade, que corrobora, no cenário atual, aquilo que Vera Telles e Daniel Hirata apreendem como *gramática bélica*, cada vez mais militarizada, aplicada aos espaços urbanos<sup>3</sup>.

Se é esse o arcabouço mais geral, o exame antropológico não pode se dar por satisfeito. É preciso também seguir os desafios trazidos pelo próprio ‘campo’ – o que, no caso, implica em enfrentar semelhanças e diferenças que cada territorialidade específica. Para dar um exemplo, na minha tese de doutorado escolhi três cenários específicos – a linha do Paranapanema, o prédio da Vila Industrial (ambos na cidade de Campinas) e a mais famosa territorialidade de uso de crack do país, a chamada “*cracolândia*”, na região da Luz, em São Paulo; e a partir deles objetivei mostrar que cada um desses espaços implica diferentes interações. Relações travadas entre usuários de crack e traficantes; entre usuários de crack, moradores dos bairros, projetos modelos das gestões

---

3 Cf, entre outros : <http://www.estadao.com.br/noticias/arteeazer,a-gramatica-belica-da-seguranca,961584,0.htm> e <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1123>.

municipais e operações policiais (sejam as performáticas, sejam as cotidianas); entre usuários de crack, jornalistas, pesquisadores, instituições religiosas, assistenciais e serviços médicos e todas essas relações se apresentavam como produtos e produtoras de interesses políticos e imobiliários, repressivos e humanitários, conformando dinâmicas caóticas, de muito difícil compreensão. Mostrei com esses exemplos que, a depender de onde os usuários de crack se localizam e como interagem, há níveis distintos e diferenciados de violência física e simbólica, gestão social e policial, segregação espacial e moral.

Além dessas diferenças, o trabalho de campo abarcou outras, desta vez formuladas pelos próprios usuários de crack, que estabeleciam distinções entre as territorialidades de consumo *abertas e fechadas* (na visão deles, os espaços de uso *fechados* tinham a potencialidade de serem, a um só tempo e sem contradição, os *‘mais seguros e os mais perigosos’*) e as territorialidades *centrais e periféricas* (no que eles chamavam de *centro* diziam ser mais difícil parar de usar crack porque era mais fácil conseguir dinheiro e no que eles chamavam de *periferia* a rede de relações sociais era fundamental para a produção do autocontrole).

Instigada por essas ideias, pude argumentar que o manejo da quantidade de droga consumida se liga intimamente às interações sociais e materiais possibilitadas em cada um desses espaços; que, a partir de tais falas e experiências é possível chegar a uma teorização “nativa” sobre a cidade; e, ainda, que qualquer ação pública sobre tais territorialidades peca por excesso de localidade.

Uma vez cumprida a opção de seguir a face miúda dessas dinâmicas, imaginei ser possível, novamente e com mais elementos, crescer na análise e ampliar o foco para compreender as gestões urbanas. Dito de outra forma, *é desde as cracolândias* que percorri as intervenções urbanas e mesmo os planos normativos para as áreas, mesclando várias esferas de governo, com o intuito de desvelar o confronto entre usuários de crack e órgãos assistenciais, sanitários e repressivos e com a pretensão de lançar luz sobre as ‘práticas de Estado’. Essa torção da perspectiva de observação é, para mim, a grande chave para não fazer da análise antropológica mera reificação erudita de um ‘bom planejamento urbano’.

Assim, lançando mão de uma visada que opera em várias escalas e observando empiricamente processos gerais e específicos de atuação estatal face à questão, almejo, de um lado, perceber apropriações locais de *best practices* que se multiplicam nas gestões das cidades; de outro, notar como os usuários de crack, à sua maneira, sofrem os impactos, mas também impulsionam e (re)criam, aparatos e técnicas políticas de manejo dos territórios e das populações. Trata-se de saber como o poder e a resistência a ele também se territorializam.

Em suma, a partir do exemplo da minha pesquisa, busco contribuir com o debate aqui proposto argumentando que a abordagem conjunta e comparada, que se movimenta por distintas escalas e que não cede ao quadro normativo (mas o leva em conta) é o que confere força e vida à antropologia, no seu intuito de compreensão do mundo urbano contemporâneo. Ao final e com os dados apresentados, espero também não deixar dúvidas de que já é impossível pensar em tais espaços como alijados das dinâmicas urbanas, ou das suas formas de governo. Ao contrário, ao olhar a cidade desde as *cracolândias*, percebe-se que é justamente aí, nos espaços mais precários e desprezados, que se nota a cidade acontecendo em uma “inesgotável riqueza de variações” (Benjamin, 2000), enfrentamentos, disputas e atrocidades.

56

### **Referências bibliográficas**

AGIER, Michel. 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

BENJAMIN, Walter. 2000. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

DE CERTEAU, Michel. 1994. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Ed. Vozes, Petrópolis.

FELTRAN, Gabriel e CUNHA, Neiva V. (orgs.). 2013. Dossiê Fronteiras Urbanas, São Carlos, *Contemporânea*, v.3, n.2.

FRÚGOLI JR., Heitor. (org.). 2012. Dossiê Luz. *São Paulo*. Ponto Urbe (NAU-USP), v. 11.

FRÚGOLI JR., Heitor e SPAGGIARI, Enrico. 2010. “Da “cracolândia” aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz1”. *Ponto Urbe*, n.6.

RUI, Taniele. 2012. *Corpos Abjetos* : etnografia em cenários de uso e comércio de crack, Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Taniele Rui*

Doutora em Antropologia  
Universidade Estadual de Campinas

[Currículo Lattes](#)